

O POVOAMENTO E A CIRCULAÇÃO NO VALE DO ARICANDUVA, DA COLONIZAÇÃO AO INÍCIO DA URBANIZAÇÃO: MOMENTOS DA FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NUMA PORÇÃO DA ZONA LESTE PAULISTANA¹.

Fernando Rodrigues Déli*

RESUMO:

A complexa estrutura fundiária e a orientação da circulação no planalto paulistano, estabelecidas a partir do período colonial, deixaram marcas significativas na configuração espacial do Vale do Aricanduva, na Zona Leste paulistana. Este estudo procura mostrar a complexidade da produção do espaço considerando-se a gênese dos processos envolvidos. Embora sem nenhuma pretensão de examinar o conjunto dos elementos envolvidos na produção do espaço no vale do Aricanduva, este artigo discute alguns aspectos relevantes da configuração do espaço local.

Partindo da consideração do espaço herdado da economia colonial, compreende-se a existência, em diferentes períodos, de uma fragmentação da ocupação do espaço no vale do Aricanduva. Reflexos desta situação são evidenciados, por exemplo, até mesmo com a chegada da urbanização, a partir da superposição das estruturas urbanas da cidade de São Paulo à antiga organização do espaço local, reafirmando uma fragmentação, também, no processo de ocupação urbana do vale. Um aspecto que também pode ser depreendido da leitura deste artigo é que, para uma melhor compreensão de certos conflitos existentes hoje, ligados à posse e à propriedade do solo urbano, muitas vezes é necessário que se recorra à história pregressa da ocupação deste espaço.

PALAVRAS-CHAVE:

Colonização, fragmentação do espaço, caminhos antigos, vale do Aricanduva, São Paulo.

ABSTRACT:

The complex structure of urban ground and the orientation of circulation in the plateaus of São Paulo, established from colonial period, have left significant marks in the space configuration of Aricanduva Valley, East zone of São Paulo city. This study seeks to show the complexity of space production, considering the genesis of the process involved. Although without any pretension to examine the set of elements involved in the production of the space of Aricanduva Valley, this article discuss some important aspects of local space configuration.

Departing from the consideration of the inherited space of colonial economy, it is understood the existence, in different periods, of a fragmentation on the occupation of the space in Aricanduva Valley. Reflections of this situation are evidenced, for example, even though with the arrival of an urbanization process, from the overlapping of urban structures of São Paulo city to the old organization of local space, reaffirming a fragmentation also in the process of urban occupation of the Valley. An aspect which can be also inferred from the lecture of this article is that, for a better comprehension of certain existing conflicts today, related to the ownership and the property of urban ground, it's many times necessary to retrace to the history of occupation of this place.

KEY WORDS:

Settling, space fragmentation, old ways, Aricanduva Valley, São Paulo.

* Geógrafo e Mestrando em Geografia Humana pelo Departamento de Geografia da FFLCH/USP, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Margarida Maria de Andrade. E-mail: frdeli@ig.com.br

Introdução

Desde que iniciei o curso de Geografia, em 1988, esperava, no final, elaborar o Trabalho de Graduação Individual (T.G.I.) sobre uma temática referente ao vale do Aricanduva, que, além de ser o local onde sempre vivi, foi onde iniciei minha militância em movimento de caráter social-ecológico.

Quando, finalmente, no primeiro semestre de 1993, comecei a me organizar para de fato realizar o projeto, resolvi estudar a dinâmica da transformação do espaço no vale do Aricanduva, objetivando compreender o momento atual do processo de urbanização local, tendo como referência principal a chegada da verticalização, sendo que também chamava a atenção, na área de estudo, a rápida expansão do setor terciário. Inclusive, na primeira metade da década de 90 algumas referências toponímicas locais pareciam estar passando também por transformações, com direta influência desta nova realidade posta. Tudo isso era muito instigante.

Paralelamente, pude realizar uma específica pesquisa toponímica sobre o vale do Aricanduva, para o curso Toponímia Geral e do Brasil II, no Dept.º de Línguas Vernáculas, que, embora não utilizada diretamente no T.G.I., acabou por influenciar na definição do tema proposto.

A medida em que o trabalho de pesquisa foi se desenvolvendo, certos registros toponímicos, bem como fragmentos de caminhos antigos, evidentes vestígios de momentos pretéritos da ocupação daquele espaço, hoje interpostos aos elementos posteriores, despertaram a minha atenção e mostraram a necessidade de recuar no tempo. A grande maioria dos trabalhos que tratavam do fenômeno da urbanização na cidade de São Paulo, que li na época, recuavam apenas ao início do processo de industrialização ou, no máximo, a meados do século XIX. Concluí pela necessidade de recuar mais, para entender como foi ocorrendo a organização daquele espaço, desde o período colonial.

É evidente que a cidade, como a conhecemos hoje, é resultante do acelerado processo de urbanização que a transformou em metrópole, e que este processo teve intensa relação com a industrialização. Porém, não podemos perder de vista que a estrutura sobre a qual se desenvolveu esta urbanização era resultante de uma economia rural. Mais do que isso, de séculos de colonização, onde a produção e ocupação do espaço local não foi homogênea, mas diferenciada, em diversos momentos e até simultaneamente.

A estrutura fundiária, resultante de sesmarias, cartas de datas, terras de aldeamentos indígenas ocupadas por intrusos e uma Lei de Terras de 1850 que, por diversos fatores, acabou por facilitar a "grilagem", revela as bases sobre as quais veio a se estabelecer a ocupação urbana metropolitana.

Estas complexas bases, em muitos casos, criaram entraves jurídicos aos atuais moradores. Fatos que repercutem quando, por exemplo, no ano de 1998 a imprensa publica matérias que mostram que muitos loteamentos (até bairros consolidados!) não estavam conseguindo ser regularizados por estarem em "áreas da União", ou seja, em terras que em períodos anteriores pertenceram a aldeamentos indígenas².

Iniciativas no planejamento urbano de diversas cidades são feitas tentando-se resolver casos semelhantes no que se refere às dificuldades de regularização de loteamentos. Em 10 de junho de 2001 ocorreu a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257 / 01), que deve ser entendida como mais uma tentativa nesta direção, agora em âmbito federal, regulamentando as disposições dos artigos 182 e 183 da Constituição, referentes ao capítulo sobre política urbana.

Porém, a implantação de certas medidas estabelecidas no Estatuto da Cidade, como os próprios planos diretores municipais e suas novas diretrizes, sem uma garantia da participação efetiva dos diversos segmentos sociais na sua elaboração e gestão, pode

significar que em um horizonte próximo as soluções para a “cidade irregular” ainda possam não ser de fato contempladas. Lembrando que, também em âmbito federal, recentemente entrou em vigor o novo Código Civil, que aponta, entre outras, questões referentes à posse e propriedade do espaço urbano, que devem ser muito bem verificadas.

Retomando o fio das reflexões sobre o caso do vale do Aricanduva, os antigos caminhos (antigas rotas), os vestígios toponímicos e a existência de uma estrutura fundiária complexa revelam um passado rico em história, que pode colaborar, se bem compreendido, de maneira contundente para entendermos o substrato sobre o qual se edificou essa porção da metrópole de São Paulo e vem se verificando tanto o seu crescimento urbano horizontal quanto o seu adensamento interno, bem como colaborar para resolução de problemas - como de posse/propriedade - verificados hoje.

Nestes termos, acredito que estudos realizados pelos professores PASQUALE PETRONE (1964) e REGINA CÉLIA BEGA DOS SANTOS (1994) – que foram referências constantes em meu trabalho – ao resgatarem, entre outras questões, essa história premissa, revelam-se fundamentais ao geógrafo, não só como fonte de informação, mas também como referencial metodológico para pesquisa.

Em nosso T.G.I., como já dissemos, houve o momento em que surgiu a necessidade instigadora de recuarmos cada vez mais no tempo para entendermos como foi ocorrendo a organização do espaço local e suas implicações futuras. Não pesquisamos isoladamente o vale do Aricanduva, nossa área de estudo situada na zona leste do município de São Paulo. Como este não é evidentemente um espaço isolado, tivemos que entendê-lo em contextos mais amplos: como se enquadrou, em cada momento, em relação às rotas de comunicação, aos interesses da empresa colonial, assim como em meio aos choques de interesses revelados através da estruturação fundiária encontrada nos diversos momentos e no que estava por

trás dela.

A preocupação em nosso trabalho foi na direção de contextualizar o vale do Aricanduva primeiro nas relações existentes no planalto paulistano e, depois, nas relações intrametropolitanas. Em nenhum momento nos pareceu possível analisar o vale somente em si mesmo, desconectado do contexto em que esteve e está inserido integralmente.

Entretanto, é interessante notar que ainda hoje vemos algumas discussões de cunho regionalista aflorando. Como exemplo, podemos citar a articulação em torno da proposta de criação de uma região metropolitana correspondente à área ocupada pelos municípios do Grande ABC, parte integrante da Região Metropolitana de São Paulo. A justificativa parece ser que, com a criação da “nova metrópole”, haveria maior facilidade na obtenção de verbas.

Ora, por maior que seja o número de fóruns de debate locais existentes na sub-região do ABC (até podemos defini-la assim), não podemos esquecer que, enquanto categoria de análise urbana, ela faz parte do contexto metropolitano cuja polarização está no município de São Paulo.

JOSÉ DE SOUZA MARTINS (1992) mostra que aquilo que entendemos hoje como ABC era o subúrbio da cidade de São Paulo, primeiro rural, depois industrial, revelando a origem e a evolução do lugar enquanto parte integrante de São Paulo. Podemos dizer que o ABC divide com São Paulo tanto a valorização desigual do espaço metropolitano quanto os problemas de abastecimento de água, disposição de resíduos industriais, enchentes, habitação, etc.

Rediscutindo tempo e espaço no planalto paulistano – o vale do Aricanduva neste contexto

A existência de uma fragmentação do vale do Aricanduva em partes relativamente distintas quanto à forma de sua ocupação, primeiro devido a uma estruturação fundiária

complexa e às orientações de circulação de uma economia rural e colonial, depois devido à estruturação urbana da metrópole que veio a se consolidar sobreposta à antiga estrutura e de maneira não menos complexa, nos revela como a dinâmica da produção do espaço pode apresentar muita diversidade e variação, não só ao longo do tempo como também, simultaneamente, devido aos diversos processos ocorridos em cada período analisado.

Ao analisarmos o início da colonização branca no planalto paulistano, cabe destacar não só o surgimento da vila de São Paulo de Piratininga enquanto núcleo de catequese, mas também (e principalmente) como peça fundamental para uma reorientação espacial dentro do processo de colonização planaltina, que mudou em poucos anos o foco de orientação da vila de Santo André da Borda do Campo para o núcleo de São Paulo, acompanhada da implementação dos dois primeiros aldeamentos satélites, que seriam Pinheiros (N.Sr.^a dos Pinheiros) e São Miguel (Ururáí), conforme a seguinte ordenação:

-1554: fundação do núcleo jesuíta de São Paulo de Piratininga (MARCÍLIO, 1973, p. 15);

-1558: transformação do referido núcleo em vila (PETRONE, 1956, p. 56);

-1560: transferência dos índios catequisados para a formação dos dois primeiros aldeamentos satélites, bem como o abandono da vila de Santo André da Borda do Campo, com o remanejamento de seus moradores para a vila de São Paulo de Piratininga¹.

Estavam definidas as bases que sustentariam a empresa colonial no planalto paulistano: a vila de São Paulo de Piratininga como epicentro do processo, tendo ao seu redor os aldeamentos para confinamento de índios cujo objetivo principal seria a reserva de mão-de-obra.

É importante ressaltar que, antes desta organização do espaço colonial local, antes mesmo da fundação do colégio de São Paulo, houve uma outra iniciativa que consistiu na

implementação de um aldeamento planaltino denominado Maniçoba, no ano de 1553, localizado no caminho para o Paraguai, o Peabiru indígena, objetivando atingir índios sob o domínio da Espanha que não podiam ser atingidos pela Companhia de Jesus (Cf. PETRONE, 1964, p. III 69). Entretanto, mais tarde, ainda no século XVI, Maniçoba acabaria sendo transferido, por questões de segurança, para local mais próximo ao colégio (Cf. PETRONE, 1964, p. III 73). Esta organização anterior foi contemporânea da vila de Santo André da Borda do Campo, que foi oficializada também no ano de 1553, embora já existisse antes sem o predicamento de vila⁴.

Ainda no século XVI, mostrando o sucesso dos primeiros resultados obtidos com a nova orientação espacial da empresa colonial, os aldeamentos de Pinheiros e São Miguel ganham novo fôlego recebendo uma ampla dotação de terras de sesmaria, em 1580, que ficaram conhecidas como Sesmaria dos Índios⁵. Nestas mesmas terras, assim como em outras mais ou menos próximas, logo foram surgindo novos núcleos de aldeamentos.

Neste contexto, a parte superior da sub-bacia hidrográfica do Aricanduva, que é afluente da margem esquerda do rio Tietê, com a citada dotação de terras veio a compor parte do aldeamento de São Miguel (ver mapa 1).

É importante destacar que a política fundiária colonial que a Coroa Portuguesa acabou por consolidar foi basicamente fundamentada no princípio das sesmarias, na qual os representantes da Coroa no Brasil (Governo Geral e governos de capitanias) cediam pedaços de terra (sesmos) a quem avaliassem por merecer e os viessem a cultivar. Entretanto, os chamados "homens bons", grandes proprietários de terras, que exerceram seu poder através das Câmaras das vilas, acabaram por interferir diretamente na política de terras estabelecida e, evidentemente, a controlar muitos aspectos da vida colonial⁶.

De acordo com os preceitos legais estabelecidos por Portugal, no caso da política

fundiária, para que uma Câmara pudesse aforar terras, ela teria que ser dotada de um rocio, que lhe era concedido também na forma de sesmária. Mas isso muitas vezes não era respeitado, e as câmaras iam ampliando seus rocios indevidamente, aforando terras e cobrando impostos (o fisco) em áreas muito mais amplas do que as devidas. No caso da Câmara da vila de São Paulo de Piratininga podemos dizer que esse comportamento foi bem expressivo⁷. Além de tudo, ainda temos a lembrar que os limites das terras concedidas em linhas gerais não eram precisos, deixando muitas dúvidas e dando margem a muitas disputas.

É esta a base da estruturação fundiária, complexa e confusa, à qual nos referimos no início e que, acompanhada evidentemente da disposição das vias de circulação que se estabeleceram, conformaram uma visível fragmentação no modo como ocorreu o povoamento do espaço no vale do Aricanduva.

O rocio da vila de São Paulo de Piratininga, pelo menos até meados do século XVIII, não seria ampliado oficialmente (ver mapa 1), sendo que o seu limite para leste estaria onde hoje se encontra o bairro do Belém, em local que durante muito tempo ficou conhecido como Marco da Meia Léguas, em alusão justamente ao limite daquele rocio, onde veio a ser assentado um padrão.

Entretanto, por diversos motivos, muitas terras foram cedidas irregularmente pela Câmara da vila de São Paulo de Piratininga através de cartas de datas para além do rocio. À medida que o estoque de terras ia se esgotando (fato que, ainda nos primórdios da colonização, não tardou muito a acontecer), a pressão por novas terras se ampliava. Como o poder dos grandes proprietários de terras era grande e se instrumentalizava através da Câmara, é fácil imaginar os resultados. Além do mais, era interessante ampliar a entrega de terras pela Câmara, pois visava o aumento de arrecadação através da imposição do pagamento de impostos.

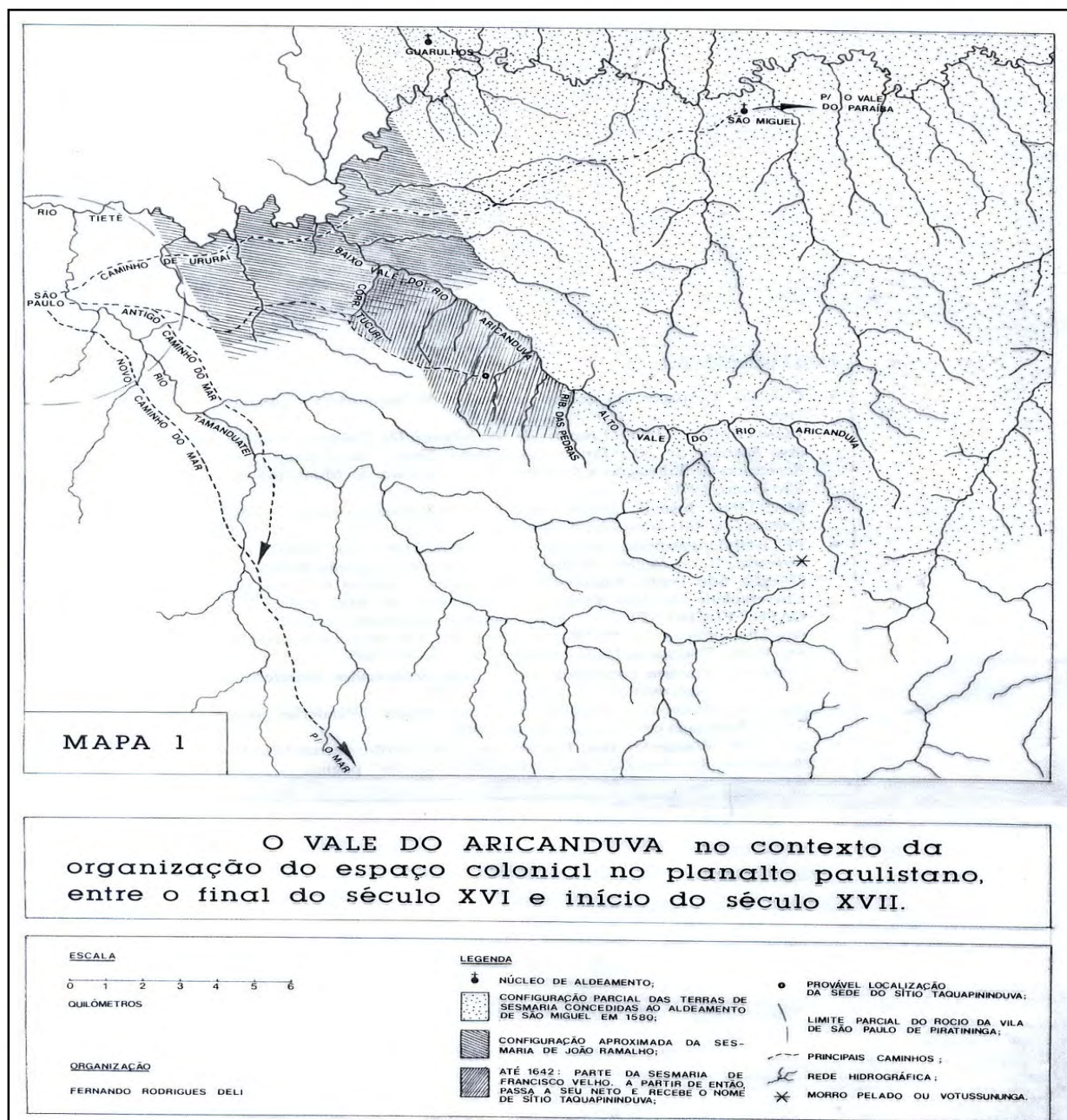
Também era comum acontecer o contrário, ou seja, muitos colonizadores de poucas posses fugirem do perímetro do rocio para se estabelecerem e não pagarem impostos. Entretanto, nestes casos, com o tempo a Câmara acabava por obrigá-los ao aforamento, a fim de submetê-los ao fisco.

Em meio às brigas entre os representantes da Coroa e os da Câmara, os primeiros tentando coibir a prática do aforamento indevido e os segundos reafirmando-a, as terras dos aldeamentos continuaram sob franca ocupação, sendo que a não utilização integral dessas terras permanentemente pelos indígenas e as imprecisões quanto à área e demarcação da mesma são alguns dos motivos que facilitaram a presença de intrusos (PETRONE, 1964, pp. III 218-34). Nos casos de Pinheiros e São Miguel, dada a proximidade de suas terras ao núcleo da vila e a antiguidade dos próprios aldeamentos, esse processo começou muito cedo (PETRONE, 1964, p. III 221).

É importante destacar que a vida colonial era uma vida rural, e que a presença do branco nas terras dos aldeamentos possibilitou a formação de verdadeiros bairros rurais. No caso dos aldeamentos, as sucessivas trocas de administradores, bem como o sentido de posse do homem branco – que, embora utilizasse (assim como o índio) do sistema de roças para cultivar, tendia a uma maior estabilidade local – também foram fatores que facilitaram a expropriação das terras e a consequente formação e desenvolvimento desses bairros.

No caso de São Miguel, várias são as paragens que vieram caracterizar verdadeiros bairros rurais, entre elas: Jaguaporeruba, Rio de Taquera, Rio de Goiaió (Guaió), Rio Maquirobii (Baquirivu), Lageado e Cahagoassu (Caguaçu)⁸. Tendo este último, ocupado uma vasta área ao sul do núcleo do Aldeamento.

Mapa 1



Fontes: Coleção de mapas do acervo particular da imobiliária Camargo Neves; BONTEMPI (1970); Entrevistas concedidas pelo pesquisador Wanderley dos Santos; MARTINS (1992); PETRONE (1964); SANTOS (1983)

Pudemos verificar que o extenso bairro rural do Caguaçu, cuja formação se iniciou no século XVII, foi se configurando a partir de um sentido mais geral norte-sul, partindo aproximadamente do local que atualmente conhecemos como núcleo urbano central do distrito de Itaquera, na zona leste da capital, incorporando todo o alto Aricanduva, até atingir terras por onde hoje se estende parte do Grande ABC. Neste último caso, o principal vestígio ainda existente é a capela de N.Sr.^a do Pilar (localizada no extremo sudeste da área representada no mapa 2), erigida no ano de 1714, sem a torre que a acompanha hoje, em local situado no atual município de Ribeirão Pires.

É interessante ressaltar que, com base em informações que pudemos levantar ao longo da pesquisa, o Caguaçu, enquanto bairro rural, viveu um desenvolvimento muito grande durante o século XVIII, chegando a constar entre os oito principais bairros sob jurisdição da paróquia da Sé, conforme atesta MARIA LUIZA MARCÍLIO (1973, p. 38), com base em documento assinado pelo vigário local.

Hoje, entretanto, o Caguaçu deixou poucos sinais de sua presença, da qual podemos verificar alguns resquícios toponímicos, como o nome de um curso d'água onde há uns três anos foi construído um "piscinão". O fato é que a sua existência no tempo e no espaço é hoje totalmente desconhecida pela gente que mora e vive nesta grande área e nunca ouviu falar a seu respeito. Aí temos que destacar o fenômeno da urbanização do século XX, que sobrepujou a lógica rural local, a qual no século XIX já se encontraria decadente, com terras degradadas após muito tempo de uso sem conservação⁷. A urbanização se sobrepôs às relações existentes no espaço rural, trazendo cada vez mais pessoas, expulsando de certa forma os antigos moradores... Mudando os referenciais.

Recuando ao passado, enquanto no alto Aricanduva, nas terras da Sesmaria dos Índios, ocorria a formação do bairro do Caguaçu, o que estaria acontecendo no baixo vale do

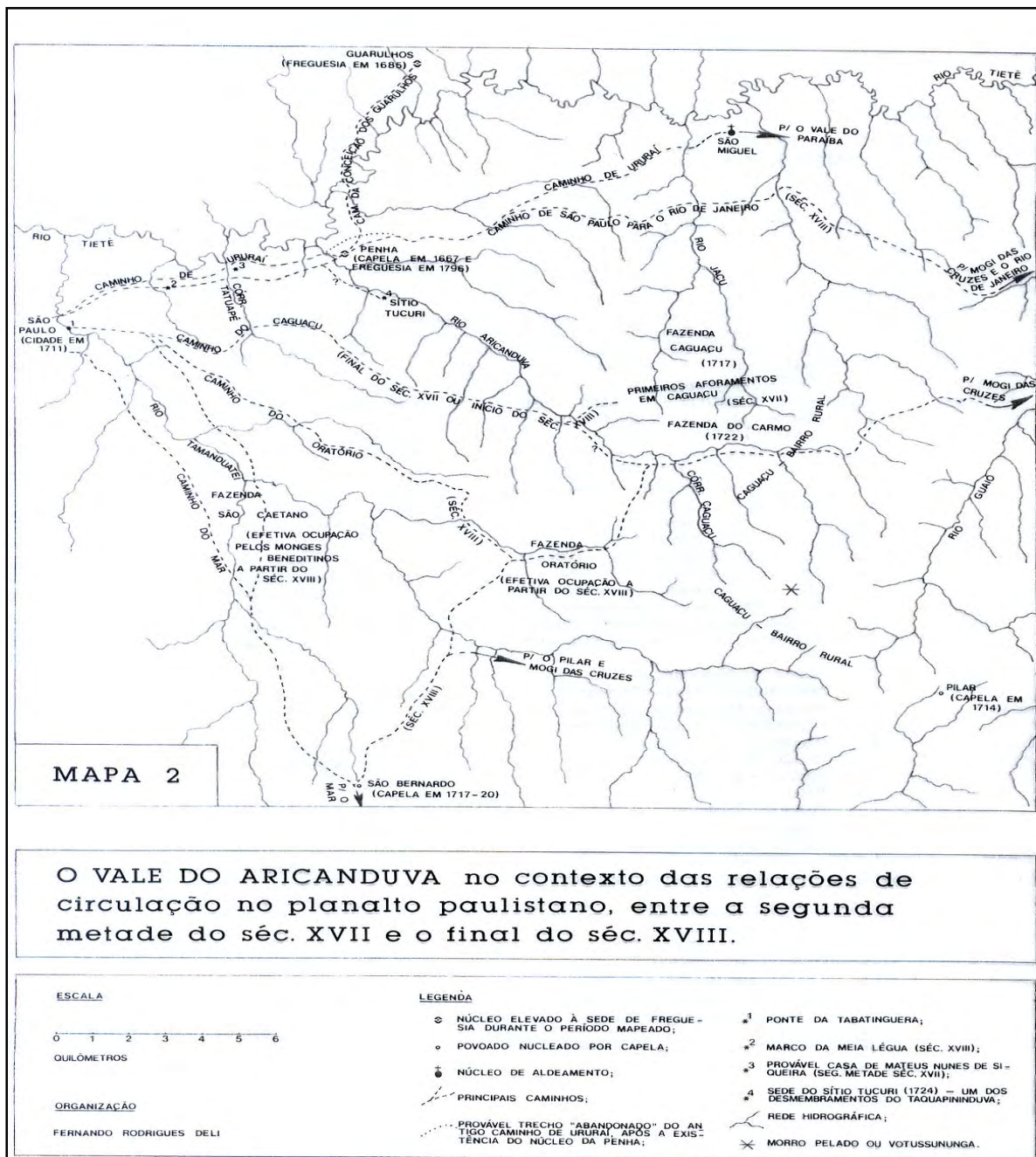
Aricanduva? Qual teria sido a base que deu origem à estruturação local?

Para responder a estas perguntas, procuramos remontar à organização do espaço local desde a primeira sesmaria, aquela que João Ramalho recebeu quando da criação da vila de São Paulo de Piratininga e que incluía terras do baixo vale do Aricanduva. Com base na documentação pesquisada, a extensão das terras desta sesmaria - de uma légua para leste, a contar do final da meia légua do rocio da vila, até onde se iniciariam as terras do aldeamento de São Miguel - é bastante difícil de ser precisada. Dadas as imprecisões comuns da época, ficou difícil, por exemplo, estabelecer os limites exatos da sesmaria de Ramalho na direção sul (ver novamente mapa 1).

Porém, o destaque fundamental para entender a dinâmica espacial do baixo vale foi *a importância que a circulação teve na definição desta área mais próxima ao rio Tietê*, onde hoje se destacam, no contexto urbano, os bairros do Tatuapé e da Penha. Isto se deve ao fato de que, apesar da existência desta sesmaria e de outras datas de terras posteriores, durante muito tempo o que mais caracterizou este espaço foi se constituir como área de passagem com pousos, primeiro para quem ia em direção a Mogi das Cruzes, aos aldeamentos e ao vale do Paraíba, depois às minas gerais dos Cataguazes.

É interessante perceber como o branco colonizador usou muito do conhecimento dos índios para subsidiar as suas estratégias de colonização. São grandes as chances, por exemplo, de o caminho do Ururá - que ligava a vila de São Paulo à sede do aldeamento de São Miguel, e muito utilizado até pelo menos o início do século XVIII - ter sido parte de uma via pré-cabralina (ver mapas 1 e 2). PETRONE (1964, pp. III 72 e III 95), inclusive, diz que tanto o sítio original de São Paulo quanto os núcleos de São Miguel e Pinheiros já deviam ter sediado aldeias pré-cabralinas.

Mapa 2



Fontes: Acervo da Hemeroteca do arquivo histórico municipal de São Paulo; AZEVEDO 1968; BONTEMPI (1970); Divisão do arquivo do estado (1998); DPU (1991); Entrevista concedida pelo pesquisador Wanderley dos Santos (1993, 1994); Exposição comemorativa do Aniversário de Itaquera (1989); LINGUITTE (1989); Mapa Topográfico do Município de São Paulo (1930); MERCÍLIO (1973); MARTINS (1962); MEDICI (1990); Museu de Santo André (1990); PETRONE (1964); Planta do Município de São Paulo (1900, 1903); SANTOS (1983, 1992)

Devido à implantação do caminho de São Paulo para o Rio de Janeiro, na primeira metade do século XVIII, parte do antigo caminho do Ururaí, embora continuasse a ser utilizada, vai aos poucos perdendo a importância devido ao paralelismo com a nova rota (ver mapa 2). Porém, ainda hoje podemos perceber fragmentos do primitivo caminho, ainda existentes em meio ao tecido urbano da zona leste de São Paulo, em especial nas ruas do Tatuapé¹⁰ (ver mapa 3, no qual aparecem destaques referentes a este primitivo caminho e àquela que constituiu a nova rota no século XVIII).

É importante destacar que a implantação do caminho de São Paulo para o Rio de Janeiro veio facilitar o acesso a toda a região. Sendo assim, aquela área mais próxima ao rio Tietê começa a deixar de ser caracterizada mais como uma área de passagem. A descaracterização evidencia-se no contexto da colina da Penha, onde, conforme expõe HEDEMIR LINGUITTE (1989, p. 170), mesmo na primeira metade do século XVIII, o outeiro da Penha já se destacaria como local de pouso para os que viajavam, com casas e ranchos instalados inclusive junto ao rio Aricanduva¹¹.

O outeiro local, lugar de bifurcação de caminhos importantes, começa a atravessar período de intensa peregrinação e procissões religiosas ao pequeno templo local¹², que colaboram para a formação e consolidação de um núcleo ao redor da capela de N.Sr.^a da Penha. Núcleo este que, devido à importância que vai tomando, em 1796 será elevado à categoria de freguesia (Cf. LINGUITTE, op. cit.), vindo a acentuar-se mais ainda a sua função religiosa.

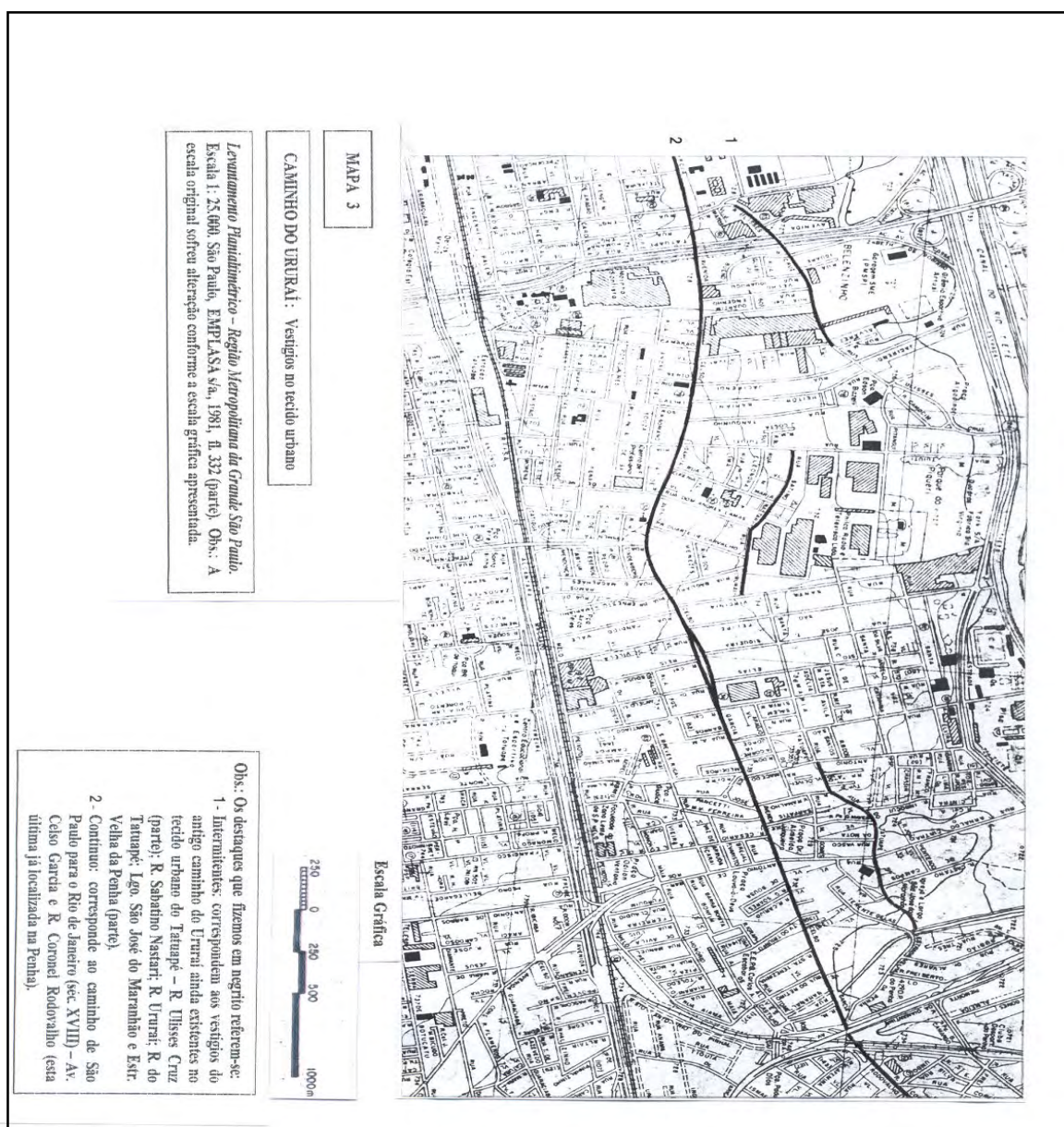
Entrando pelo baixo vale do Aricanduva adentro, cabe destacar as terras de um antigo sítio denominado Taquapininduva, resultante de uma sesmaria que, até 1642, teria pertencido a Francisco Velho. Este sítio situava-se em uma vasta área entre o baixo e o médio vale, partindo

da margem esquerda do curso do rio principal até atingir as cabeceiras de diversos afluentes, tendo sua sede situada aproximadamente onde localiza-se hoje o bairro de Vila Rica, relativamente distante do curso do Aricanduva (ver novamente mapa 1). Em 1679 este sítio teve o seu inventário aberto e suas terras, ao que parece, foram divididas em segmentos paralelos aos cursos dos afluentes. Mesmo depois de serem subdivididas, parte destas terras continuaram a ser identificadas como Taquapininduva¹³.

Um dos segmentos resultantes da subdivisão do antigo Taquapininduva deu origem ao sítio Tucuri que, em certo momento, chegou a incluir terras de ambas as margens do Aricanduva. Em 1724 este sítio já tinha a sua primeira casa, situada numa pequena elevação próxima ao curso do Aricanduva, no baixo vale, na margem esquerda¹² (ver novamente mapa 2). Como veremos mais adiante, esta localização, aliada a outros fatores, teve importante significação nas relações que colaboraram, cada qual em seu tempo, na permanência da fragmentação do vale do Aricanduva até período relativamente bem recente.

É importante ressaltar que, no censo de 1765, realizado quando da restauração da capitania paulista (Cf. MARCÍLIO, 1973, p. 77), há o registro de um "bairro Tatuapé-Aricanduva" (Cf. MESQUITA et al, 1983, p. 3). Em nossa avaliação, este bairro devia compreender desde as margens do córrego Tatuapé até o rio Aricanduva, entrando por este adentro até a sede do sítio Tucuri e suas imediações (ver novamente mapa 2). Neste momento, é importante destacar que, após várias mudanças de dono e alterações de tamanho, nome e sede, em 1865 as terras deste antigo sítio são adquiridas por Antonio da Silva Carrão, então presidente da província de São Paulo (Cf. SANTOS, 1983).

Mapa 3



Nosso propósito não é somente levantar nomes de proprietários e datas, mas procuramos situar estas pessoas no contexto da época. É importante lembrar que, conforme mostra EMÍLIA VIOTTI DA COSTA (1985, p. 242), esta é uma época em que as relações eram muito baseadas no sistema de clientelismo e patronagem, e na qual dominava um liberalismo conservador que admitia a escravidão, conciliando-os, como os avós haviam conciliado escravidão com Cristianismo.

Consultando fontes primárias da época, pudemos constatar a forte oposição que Carrão sofreu à frente da administração da província de São Paulo, no que se refere à gestão de certos assuntos públicos de grande relevância para a época, como: - suspeitas de seu envolvimento em corrupção, com relação à utilização comercial da ferrovia Santos à Jundiaí, antes de estar pronta, por parte da empreiteira que a estava construindo; - e quanto à arregimentação forçada dos famosos “voluntários da pátria” que lutariam na guerra contra o Paraguai, e que, em realidade, estavam sendo recrutados e retirados de suas casas por meio de força policial e levados acorrentados para o palácio do Governo¹⁵.

É necessário também enfocar o papel da chácara Carrão (como ficou sendo denominada) no contexto das chácaras paulistanas tradicionais, embora o seu tamanho fosse muito maior do que o tamanho médio das demais. Entretanto, outras características possibilitaram seu enquadramento nesta condição. É importante ressaltar, também, a importância que esta chácara deve ter desempenhado enquanto referencial local.

O mandato de Carrão como presidente da província de São Paulo tem duração efêmera (sete meses), como frequentemente acontecia na época, com o detalhe da perda do mandato ter ocorrido apenas um mês depois da instalação da Assembléia Provincial.

Porém, Carrão, que recebera o título de Conselheiro por ter, no mesmo ano que assumiu a província de São Paulo, tomado posse e feito

parte do Conselho de Ministros do Império, enquanto ministro da Fazenda, continua morando em sua chácara até pelo menos o início dos anos 80 daquele século, quando então muda definitivamente para o Rio de Janeiro, onde vem a falecer em 1888 (Cf. SANTOS, 1967, pp. 56-7, 62 e 65).

Após sua morte, suas terras aqui em São Paulo começam a mudar de proprietários e serem subdivididas. É assim que, em 1916, surge o primeiro loteamento, com o nome de Vila Carrão; em seguida, em 1922, surge o Nova Manchester (ver mapa 4 - planta da época para divulgação do empreendimento); e assim por diante, até a incorporação total dessas terras ao tecido urbano.

Após termos mostrado os principais traços da organização do espaço no alto e no baixo vales, até onde avaliamos necessário para dar suporte à compreensão de todo o papel desempenhado pela dinâmica da circulação, enfocaremos diretamente esta dinâmica – fundamental no processo de fragmentação do vale do Aricanduva.

Primeiro, vamos destacar a situação da bacia do Aricanduva em meio a alguns dos principais eixos regionais de comunicação por terra conformados a partir da colonização: 1 – As rotas entre São Paulo e o seu porto (Santos); 2 – A ligação entre São Paulo, Mogi das Cruzes, vale do Paraíba e, posteriormente, Rio de Janeiro; 3 – E a ligação que foi se firmando de Mogi das Cruzes e do vale do Paraíba ocidental com o porto de Santos – formando assim um triângulo em que um dos vértices apontava para a serra do Mar (ver resumo esquemático a seguir).

É importante destacar que, para compreender a própria perpetuação de um aglomerado situado mais para o interior do território, para os padrões da época da colonização, como foi o que originou São Paulo em relação a outros núcleos em outras capitanias, formados ainda nos séculos XVI e XVII, é fundamental entender a importância que a circulação teve para a implantação e a fixação,

bem como para o desenvolvimento da antiga vila.

MARCÍLIO (op. cit., p. 21) diz que o importante papel de São Paulo sempre esteve ligado ao seu desempenho perante as vias de circulação e, pela sua importância estratégica, em 1683, a vila de São Paulo de Piratininga transforma-se oficialmente em capital da capitania, trazendo para o planalto o que era até então uma função exclusiva do litoral; em 1711 é elevada à condição de cidade; e em 1746 torna-se sede da diocese então criada.

Lembramos isto para mostrar a necessidade de situar o vale do Aricanduva em meio às vias de circulação, tão importantes para a consolidação de São Paulo no cenário colonial.

Cabe, evidentemente, a atenção também para caminhos de menor expressão regional que, embora secundários, tiveram muita importância na dinâmica do povoamento e da circulação no vale do Aricanduva. Entre todos, o que parece ter influenciado sobremaneira a ocupação das partes altas das cabeceiras dos afluentes da margem esquerda do médio Aricanduva, bem como do alto Aricanduva, foi o chamado *caminho do Caguaçu*. *Caminho que, no início desta pesquisa, despertou nossa curiosidade e instigou-nos a recuar cada vez mais no tempo para entender suas origens e sua importância no passado. Foi esse caminho que serviu de chave para concluir pela necessidade de se recuar ao período colonial para compreender a configuração urbana atual do vale do Aricanduva*. A magnitude desse caminho evidencia-se no **Mappa Topographico do Município de São Paulo**, escalas 1:20.000 e 1:5.000, de 1930, realizado pela empresa SARA BRASIL S/A para a Prefeitura do Município de São Paulo a partir de levantamento aerofotogramétrico. Nesse mapa constam trechos de uma certa "*antiga estrada do Caguassú*" ou, ainda, "*estrada velha do Caaguassú*" (velha em 1930!)¹⁶ (ver mapa 5). Estrada que mais tarde pude verificar que já era considerada velha até mesmo em meados do séc. XIX.

As origens deste caminho devem datar ainda do século XVII, junto com os primeiros aforamentos no Caguaçu, em terras do

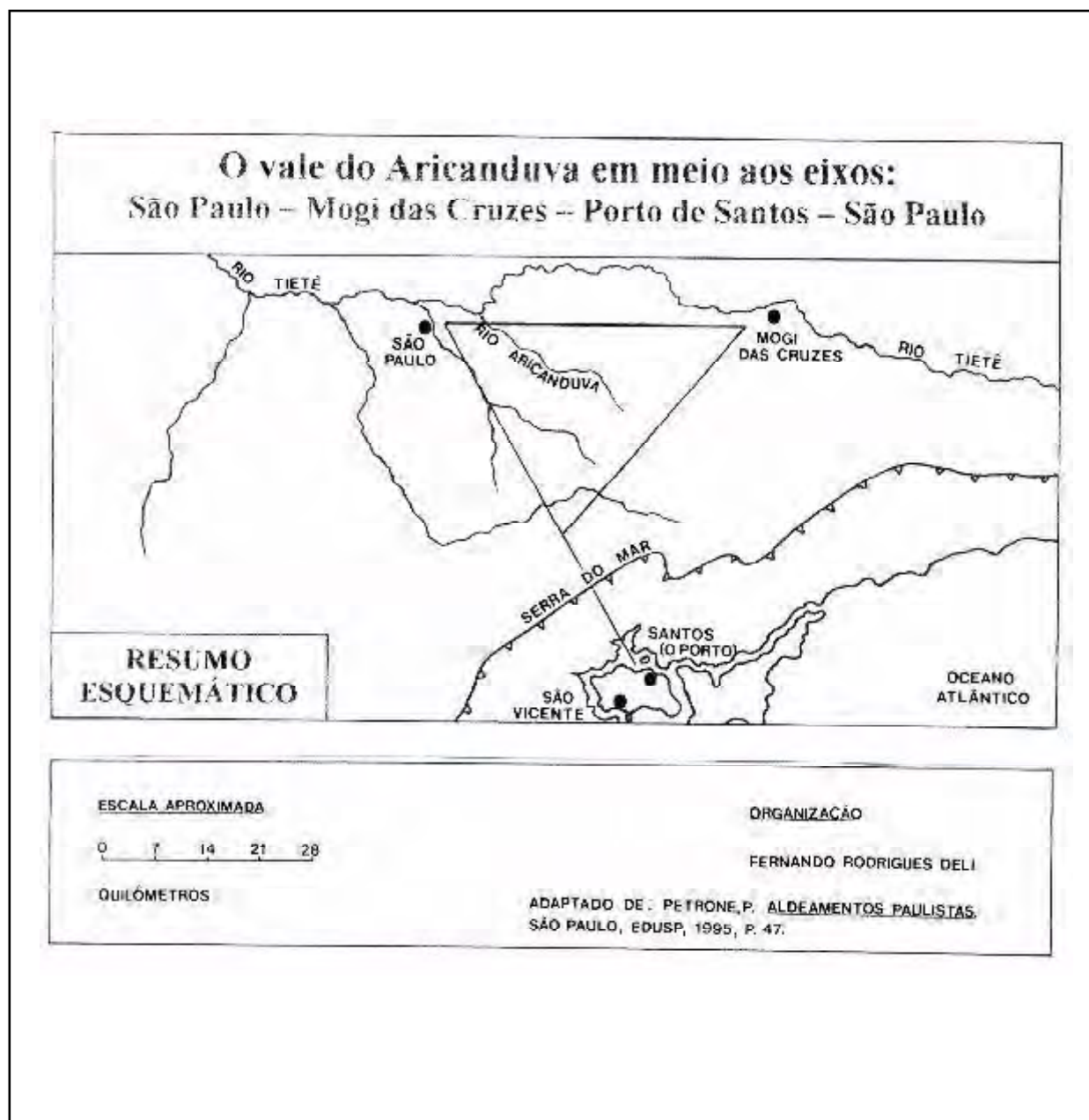
aldeamento de São Miguel cuja apropriação se deu exclusivamente através de intrusos, como detalhado na primeira parte deste trabalho. A própria sede do sítio Taquapininduva, que teve origem em uma antiga sesmaria fora dos limites do aldeamento, ao que tudo indica estava situada próxima ao referido caminho, que seguia para São Paulo pelo morro da Mooca em direção à ponte da Tabatinguera.

Nesse contexto, é difícil determinar se este caminho, que servia de comunicação com a vila de São Paulo de Piratininga, primeiro chegou às cabeceiras dos afluentes do médio Aricanduva ou se desde o início atingiria o alto vale. Porém, de fato, a sua importância na fragmentação foi fundamental.

Somente com a partilha do sítio Taquapininduva (em 1679) e o surgimento do sítio Tucuri (que em 1724 já tinha sua primeira casa), bem como com a abertura do caminho de São Paulo para o Rio de Janeiro (datado da primeira metade do séc. XVIII), é que o baixo vale adentro do Aricanduva vai se configurando com uma ligação à parte do caminho do Caguaçu com São Paulo, através de um caminho que, inicialmente, provavelmente serviria apenas como ligação entre a sede do sítio Tucuri ao caminho de São Paulo para o Rio de Janeiro (ver novamente mapa 2), melhorando a comunicação local com a já então cidade de São Paulo. Lentamente, este pequeno caminho do sítio Tucuri vai se estendendo e adquirindo maior importância nas relações.

Se antes, na predominância das relações da vila de São Paulo com o vale do Aricanduva adentro estava o caminho do Caguaçu, a partir da existência e fortalecimento de uma outra rota no baixo vale este quadro começa a se alterar. Se inicialmente tínhamos uma diferença marcante na forma de apropriação das terras: o alto vale inserido no aldeamento de São Miguel e o baixo vale não; a partir da consolidação de uma comunicação com o alto vale através do caminho do Caguaçu e da partilha das terras mencionadas com uma nova comunicação se firmando, temos então uma fragmentação marcada pela presença de vias de circulação diferentes.

Resumo Esquemático



Outro caminho que cabe ainda destacar é o que se constituiu, provavelmente, no século XVIII, ligando a fazenda Oratório a São Paulo, indo também em direção à ponte da Tabatinguera e que, na referida fazenda, fazia o entroncamento com um dos caminhos que ligavam Mogi das Cruzes a São Bernardo em direção à serra do Mar, caminho este que cortava o alto Aricanduva (ver novamente mapa 2).

Vários foram os fatores que interferiram na dinâmica dos antigos caminhos nos diversos momentos da História, entre os quais ressaltam os econômicos nas suas relações com a organização do espaço.

A chegada da urbanização no vale do Aricanduva e uma nova fragmentação da ocupação

Em São Paulo, no exame da urbanização, cabe destaque à implantação das ferrovias (os caminhos de ferro), ainda no século XIX, provocando uma forte e nítida redefinição, sem precedentes, nos caminhos até então existentes: novas orientações surgem; parte do fluxo destes caminhos é capturada pelo novo meio de transporte muito mais rápido e moderno; outros caminhos são estendidos como via auxiliar de apoio aos novos subúrbios que então começariam a surgir junto às estações.

Em nossa área de estudo, estas redefinições ocorreram tanto em relação ao caminho do Caguaçu quanto ao caminho que adentrava o baixo vale em direção às terras de Carrão e que aos poucos foi se estendendo para Itaquera, atravessando a margem direita e galgando as colinas naquela direção, conforme foi possível constatar pela consulta a mapas da cidade de São Paulo das primeiras três décadas do século XX. Já o alto vale e as elevações ao sul do médio curso do Aricanduva continuaram em comunicação com a cidade através de rotas que seguiram aproximadamente a mesma direção geral estabelecida pelo antigo caminho do Caguaçu (embora este, no referido momento, já tivesse sofrido importantes capturas pela estrada

de ferro Central do Brasil).

Na década de 1920, o crescimento urbano de São Paulo e a construção da adutora do Rio Claro para melhorar o abastecimento de água na cidade tornaram necessária a implantação de uma via mais moderna de longo percurso, adaptada ao uso do automóvel. Esta parece ter sido a punhalada definitiva que fez o antigo caminho do Caguaçu perder de vez a sua importância. Daí os fragmentos deste encontrados no levantamento da SARA BRASIL de 1930, capturados em vários trechos pela nova via de circulação, que em parte veio a correr paralela ao antigo caminho.

Esta nova via, que aproveitou em seu trecho inicial parte de um outro antigo caminho, mas que se desenvolveu em quase sua totalidade por um leito novo - criando novas relações de comunicação - recebeu, inicialmente, o nome de estrada da R.A.E. (Repartição de Águas e Esgotos do Estado de São Paulo), ficando logo conhecida como estrada de Sapopemba. (Veja uma das capturas mencionadas observando o mapa 6)

O crescimento de São Paulo no período é expressivo, antigos espaços rurais dando lugar a uma ocupação nitidamente urbana:

-De um lado, as ferrovias estimulando a implantação de indústrias e viabilizando o crescimento urbano horizontal (é o Brasil saindo da era do café e diversificando sua produção);

-De outro, as novas ligações viárias através das estradas de rodagem adaptadas ao automóvel (este que cada vez mais iria se tornando um importante meio de transporte) estimulam, junto com a especulação imobiliária, o surgimento de novos loteamentos (ver novamente o mapa 4 - planta do empreendimento Nova Manchester - onde consta projetada até mesmo uma linha de bondes que nunca viria a existir, e a chamada para venda: "bairro das multidões", sugerindo provavelmente uma intensa procura pelos lotes, entre outros aspectos curiosos deste projeto de loteamento: como o próprio desenho das ruas e a quantidade de áreas verdes previstas, incomuns para um bairro popular).

É interessante notar que a grande expansão urbana de São Paulo durante todo o século XX, ou mesmo a partir do final do século XIX, se deu ora ao longo das ferrovias, ora ao longo de caminhos já existentes ou de novas ruas e avenidas que se abriam. Mas, de maneira geral, tendo como substrato a rede de caminhos antigos, fragmentados ou não, mas que, pela própria importância relativa que muitas vezes tinham, ou por simplesmente limitarem antigas glebas de terra agora potencialmente atrativas para serem loteadas, acabaram servindo de esteira para o crescimento urbano, fato que pudemos constatar ao longo de nossa pesquisa.

Isto mostra que a evolução urbana vertiginosa de São Paulo não se estabeleceu dissociada do passado, nem poderia ser de outra forma. Mas, muitas vezes esquecemos que esse passado deixou marcas e bases visíveis no espaço, sobre as quais o urbano se desenvolveu.

No caso específico do vale do Aricanduva é interessante notar os principais rearranjos verificados na dinâmica da circulação através da vasta produção cartográfica do período, que, infelizmente, não foi possível reproduzir aqui na sua totalidade. Entretanto, não podemos esquecer de mencionar que foi a posição geográfica do vale, ocupando uma vasta área a leste do núcleo central de São Paulo, que possibilitou uma relativa fragmentação da dinâmica da comunicação viária. Fragmentação que se estendeu por grande parte do século XX.

No que diz respeito à estruturação fundiária local, devido às terras do antigo aldeamento de São Miguel em muitos casos constarem até hoje como terras da União, vários são os problemas de litígio no alto vale. Não somente esta questão, mas, talvez principalmente, as formas, as direções do povoamento e as orientações espaciais de circulação marcaram fundamentalmente a fragmentação espacial entre o baixo e o alto vale.

Acompanhando o crescimento urbano de São Paulo desde as primeiras décadas do século XX até períodos relativamente recentes, constatamos, no vale do Aricanduva, que a

fragmentação no processo de povoamento e as relações de circulação deixaram marcas presentes até períodos relativamente recentes, com áreas que se comunicavam com o centro da cidade através do baixo vale e outras pelas elevações ao sul do baixo e médio vale (vila Formosa) e do alto vale (através da estrada da R.A.E., que capturou os novos fluxos).

A influência desta fragmentação em períodos mais recentes pode ser verificada ao se acompanhar a evolução urbana de São Paulo em diversos mapas e, até mesmo, nas divisões político-administrativas que se sucederam.

Alto e Baixo Vales do Aricanduva: uma integração recente

É importante destacar o papel que a av. Rio das Pedras desempenhou como via de integração do vale. Ao observarmos mapas de 1930, e das décadas seguintes, podemos constatar o destaque que aos poucos esta via vai tomando, sendo estendida a partir da então estrada de Itaquera, no baixo vale, até consolidar uma ligação efetiva com o bairro Cidade São Mateus no alto vale, este que surge como primeiro loteamento do alto vale, em 1949, muito antes do crescimento urbano chegar ali, mas onde se firmaria como principal via de ligação com o centro de São Paulo a estrada da R.A.E., conhecida como estrada de Sapopemba. (Sobre a av. Rio das Pedras, ver mapa 6 – no qual é mostrado momento, em 1947, em que a ligação do baixo com o alto vale ainda não estava estabelecida).

A integração do alto com o baixo vale veio se intensificando nas últimas três décadas, até se consolidar plenamente. Foi propiciada, primeiramente, pelo corredor das avenidas Conselheiro Carrão, 19 de Janeiro, Rio das Pedras e Mateo Bei, ao qual JUERGEN RICHARD LANGENBUCH (1971, p. 204) se refere como “aparentemente sem importância” ao ser comparado com a av. Sapopemba, esta constituindo naquele momento “a mais direta via de acesso à cidade”.

Hoje, a essa primeira ligação de integração do vale, que veio ganhando maior

destaque ao longo dos anos 70, soma-se a av. Aricanduva, cujo primeiro trecho foi concluído em 1979 e atualmente integra o Anel Viário Metropolitano, que, além de consolidar a integração do vale e o próprio acesso ao centro de São Paulo, o coloca em contato direto com várias rodovias e intensifica a ligação com o ABC Paulista. É também ao longo da av. Aricanduva que, desde meados dos anos 80, vem ocorrendo uma forte expansão terciária. Tudo isto ampliando as relações do vale dentro do contexto metropolitano em que está inserido.

É importante notar que, enquanto o vale se integra, uma outra fragmentação vai se impondo à medida que o urbano se expande, mais uma vez influenciada pela direção do eixo do rio Aricanduva. Nos períodos de inundação, grande parte da zona leste da capital acaba ficando isolada, uma vez que qualquer caminho que se dirija do centro da cidade, ou do Grande ABC, para a vasta área a partir da Penha, ou mesmo Itaquera e Guaianazes, tem que cruzar algum ponto do vale do Aricanduva. Daí ser fundamental e estratégico atenuar ao máximo o problema das inundações locais, que acabam, assim como outras, prejudicando uma gama enorme de pessoas que moram ou que são obrigadas a atravessar as áreas inundadas.

Iniciativas como as estabelecidas no programa conhecido como PROCAV II, da Prefeitura do Município de São Paulo, que, de um lado visam aumentar a vazão da água no baixo Aricanduva através da desobstrução e ampliação da calha do eixo principal e de outro, implementar a contenção, nos momentos de elevação do índice pluviométrico, através da construção de "reservatórios de contenção de sedimentos e controle de cheias" (os piscinões) em diversos pontos da bacia, bem como a implantação de diversas obras de fundo de vale, podem colaborar bastante no sentido de minimizar a ocorrência de inundações com suas consequências negativas.

Porém, é importante destacar que, entre as medidas necessárias, obviamente não se pode descuidar da devida manutenção dos

reservatórios, durante as obras e após a entrada em operação, como parece estar ocorrendo em certos casos, haja vista a séria questão da necessidade de remoção periódica da quantidade de sedimentos acumulada após um período de grande pluviosidade nestas áreas propícias para a sua deposição final, bem como a inviabilidade de atendimento dos objetivos das obras e eventuais prejuízos materiais e situações de risco à saúde da população do entorno se esta remoção não for satisfatoriamente realizada.

É importante, também, que sejam de fato retomados os trabalhos de educação ambiental previstos, talvez sob uma nova perspectiva. As obras não estão todas concluídas, mas devem integrar uma ampla política socioambiental, visando a obtenção de melhores resultados.

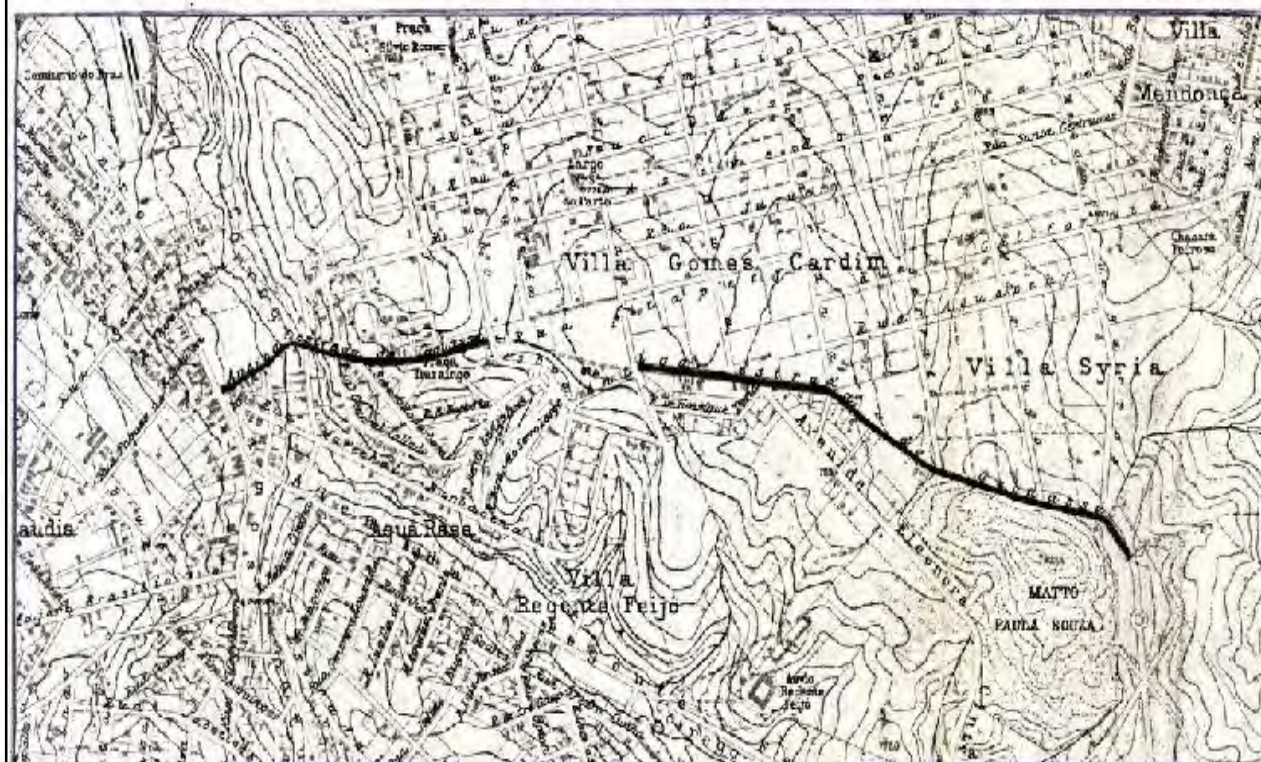
Entre várias questões, é fundamental não descuidar das áreas verdes existentes e da manutenção da qualidade da água dos mananciais ainda preservados, bem como apoiar a execução de projetos de saneamento de bairros e cursos d'água comprometidos, como aquele referente a algumas vertentes situadas na Área de Proteção Ambiental (APA) do Parque e Fazenda do Carmo, no alto Aricanduva, no qual o Conselho Gestor desta Unidade de Conservação, com representantes do Estado, da Prefeitura e da Sociedade Civil vem, entre outras ações, atuando conjuntamente com os órgãos diretamente envolvidos em seu planejamento e na sua execução.

De fato, é uma importante iniciativa, que trará benefícios imediatos para a APA e para a comunidade atendida, que tem a possibilidade de ver saneadas e regularizadas as moradias locais e obter, numa visão de conjunto, uma qualidade ambiental, para todos, muito melhor que a atual - Um projeto ambiental só pode ser fecundo quando visa a melhoria das condições de vida da população e é elaborado com a participação de todos os agentes envolvidos.

Mapa 4



Mapa 5

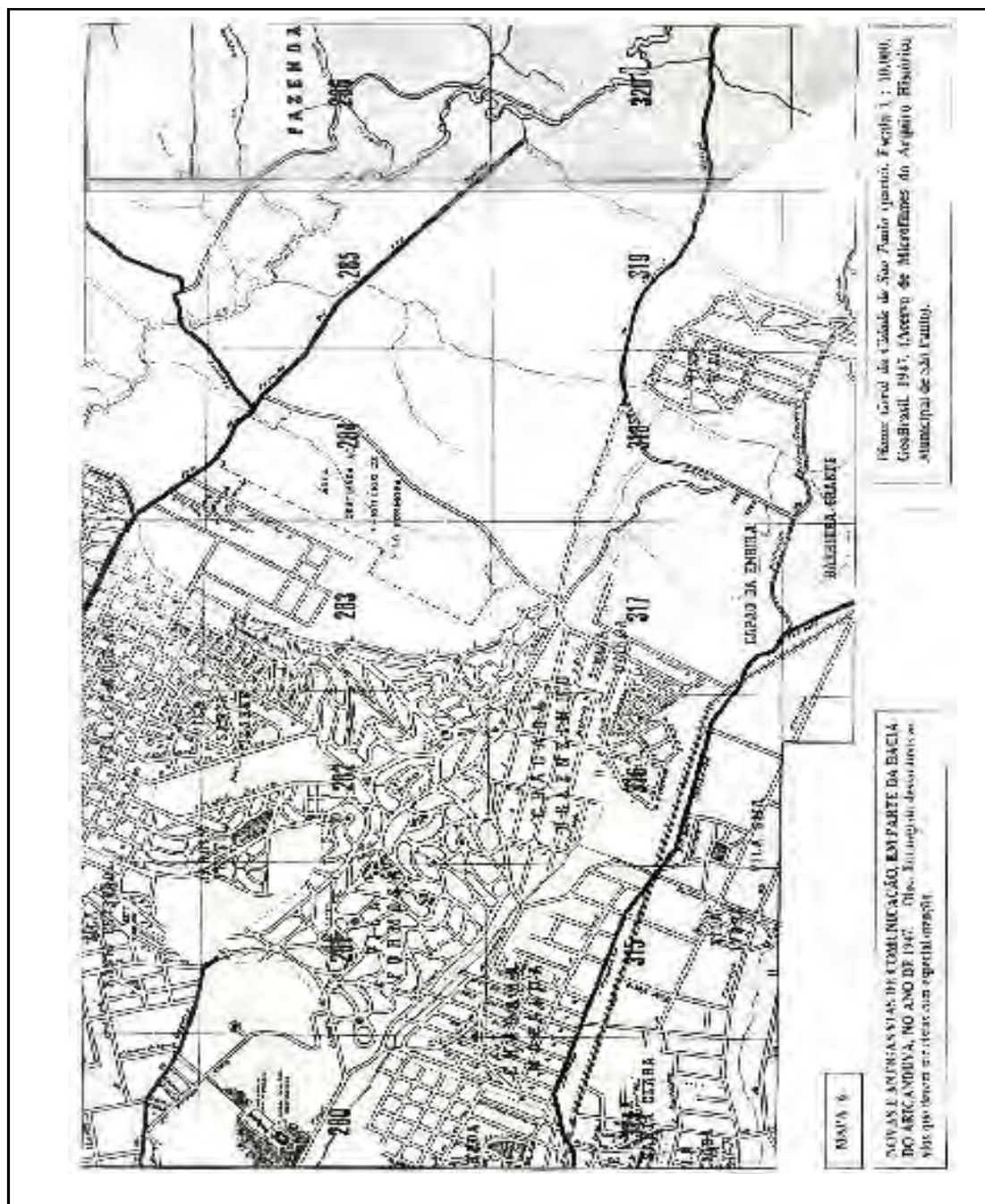


MAPA 5

UM DOS VESTÍGIOS DO ANTIGO CAMINHO DO CAGUAÇU EM 1930
 Obs.: O destaque que fizemos em negrito refere-se ao antigo caminho do Caguaçu, identificado neste mapa como "antiga estrada do Caguassú".

Mappa Topographica do Município de São Paulo (parte). Escala 1 : 20.000. SARA BRASIL s/a. 1930. (Acervo de Microfilmes do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo)

Mapa 6



Notas

- ¹ O presente artigo baseia-se no Trabalho de Graduação Individual apresentado, em 1994, ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP, intitulado *A Importância do Povoamento e da Circulação no Processo de Fragmentação do Vale do Aricanduva*, realizado sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Margarida Maria de Andrade.
- ² Tendo como exemplo, a cobertura feita pela Empresa Jornalística Diário Popular, através da seguinte reportagem: LEITE, José Antonio. "Terra de Ninguém – A ameaça vem de cima" (Reportagem de Capa). *Revista Já - Diário Popular*, ano 2, n.º 103. São Paulo, 25 de outubro de 1998, pp. 8-13; e do seguinte artigo: ÁLVARES, Amilton. "A Luta dos Sem-Título". *Jornal Diário Popular*. São Paulo, 28 de outubro de 1998, p. 6.
- ³ Transferência, para os aldeamentos de Pinheiros e São Miguel, dos índios catequisados em São Paulo de Piratininga (Cf. PETRONE, 1964, p. III 67-68); Precisão da data de transferência dos referidos índios (Cf. MARCÍLIO, 1973, p. 42); Remanejamento, no mesmo ano, dos moradores da vila de Santo André da Borda do Campo para a vila de São Paulo de Piratininga (Cf. MUSEU DE SANTO ANDRÉ, 1990, p.2).
- ⁴ Oficialização da vila de Santo André da Borda do Campo em 1553 (Cf. MUSEU DE SANTO ANDRÉ, 1990, op. cit.); Existência anterior desta povoação, sem o predicamento de vila (Cf. MARTINS, 1991).
- ⁵ Esta carta de data de sesmaria é de 11 de outubro de 1580 e os aldeamentos citados no texto foram beneficiados por Jerônimo Leitão, então locotenente de Pero Lopes de Souza, donatário de São Vicente. *Treslado da carta de data de Sesmaria das Terras dos Índios*, 25 de maio de 1718, pelo escrivão da Câmara de São Paulo. In: *Boletim do Departamento do Arquivo*. vol. 5, p. 55 e seguintes; Encontra-se também em: *Registro Geral da Câmara de São Paulo*. vol. I, p. 354-357 – conforme citações de PETRONE (1964, pp. III 218-9).
- ⁶ Para termos uma definição mais precisa sobre quem eram esses "homens bons", entre vários autores é fundamental a consulta a SANTOS (1994, p. 20), que, com referência à vila de Parnaíba, consegue caracterizar muito bem a amplitude do poder político destas pessoas nas diversas atividades da vida colonial.
- ⁷ Sobre isto, são muito elucidativas as informações fornecidas por PETRONE (1964, pp. III 218-34) sobre "*O problema das terras dos aldeamentos*".
- ⁸ No que se refere à grande maioria das paragens citadas, consultar PETRONE (1964, p. III 165); No caso específico de Lageado, consultar AZEVEDO (1945, pp. 107-8).
- ⁹ Sobre a decadência das terras de São Miguel no século XIX, consultar BOMTEMPI (1970, p. 134); Maiores informações sobre o cansaço das terras dos arredores de São Paulo devido a prática de vários séculos de utilização do sistema de roça, consultar PETRONE (1964, p. III 292).
- ¹⁰ Confere com informações obtidas na primeira entrevista concedida a mim pelo pesquisador WANDERLEY DOS SANTOS (1993).
- ¹¹ Cabe observar que é farta a bibliografia referente à Penha enquanto pouso de tropas e outros viajantes de maneira geral, em diversos períodos.
- ¹² Este pequeno templo local, datado de 1667, de existência anterior à formação do núcleo, ao que parece inicialmente situou-se em outro local da colina, vindo a ser transferido depois para a parte mais elevada, no local onde viria a ser formado o núcleo, e onde – mesmo passando por sucessivas reformas e ampliações, está até hoje.
- ¹³ Sobre o sítio Taquapininduva, a reconstrução parcial de sua história foi obtida através de fontes como a entrevista concedida pelo pesquisador WANDERLEY DOS SANTOS (1993); uma segunda entrevista concedida pelo mesmo pesquisador (1994); coleção de mapas do acervo particular da IMOBILIÁRIA CAMARGO NEVES; e *Registros de Terras de São Paulo* (DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO, 1998).
- ¹⁴ Sobre o sítio Tucuri enquanto resultante de subdivisão do antigo Taquapininduva, a informação foi fornecida por SANTOS (1993);

Sobre a abrangência de terras a partir de ambas as margens do rio Aricanduva, cf. *Registros de Terras de São Paulo* (DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO, 1998, pp. 42-3); Sobre a primeira casa do sítio Tucuri, cf. registros obtidos na obra de WANDERLEY DOS SANTOS.

- ¹⁵ Cf. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo / Decima Sexta Legislatura – Sessão de 1866* (Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo) – consultar especialmente as sessões ordinárias realizadas no mês de fevereiro; Com relação à ferrovia Santos à Jundiaí, entre vários

documentos, consultar: *Relatorio com que o Ill.mo S.r Joaquim Floriano de Toledo passou a Administração da Provincia de S.Paulo ao Ill.mo S.r Desembargador José Tavares Bastos no dia 9 de novembro de 1866*. São Paulo, Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1866, p. 5 (Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo); Com relação à arregimentação dos “voluntários da pátria”, consultar: *Annaes da Assembléa...* op. cit., pp. 34-6.

- ¹⁶ Consultar, na escala 1: 5.000, especialmente as folhas 53-4 e 68-9.

Bibliografia

ÁLVARES, Amilton. “A Luta dos Sem-Título”. *Jornal Diário Popular*. São Paulo, 28 de outubro de 1998, p. 6.

AZEVEDO, Aroldo Edgard de. “Itaquera e Poá, subúrbios residenciais”. In: AZEVEDO, A. E. de (org.), *A Cidade de São Paulo – Estudos de geografia urbana*. São Paulo, Nacional, 1958, vol. IV, pp. 153-79.

_____. *Subúrbios Orientais de São Paulo*. Tese de Concurso à Cadeira de Geografia (XXV.^a) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1945.

BOMTEMPI, Sylvio. “O Bairro de São Miguel”. In: *História dos Bairros de São Paulo* (Coleção). São Paulo, Dept.^o de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1970.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República – Momentos Decisivos*. 3.^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO. *Registros de Terras de São Paulo*, vol. 4 (Senhor Bom Jesus do Brás). São Paulo, Dept.^o de Museus e Arquivos da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1998.

DELI, Fernando Rodrigues. *A Importância do Povoamento e da Circulação no Processo de Fragmentação do Vale do Aricanduva*. Trabalho de Graduação Individual – Monografia. São Paulo, Dept.^o de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.

DPU – DEPT.^o DE PLANEJAMENTO URBANO. *Relatório do Plano Diretor de Santo André – Diagnóstico*. Santo André, Coordenadoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Santo André, 28 de março de 1991.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A Estruturação da Grande São Paulo – Estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1971.

LEITE, José Antonio. “Terra de Ninguém – A ameaça vem de cima” (Reportagem de Capa). *Revista Já – Diário Popular*, ano 2, n.^o 103. São Paulo, 25 de outubro de 1998, pp. 8-13.

LINGUITTE, Hedemir. *Santuário de Nossa Senhora da Penha*. São Paulo, Composição e diagramação João Roberto, 1989.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Cidade de São Paulo: Povoamento e População 1750- 1850*. São Paulo, Pioneira / Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio – Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do Império ao Fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec / São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

_____. "Surge uma nova História II". *Jornal Diário do Grande ABC*. Santo André, 15 de maio de 1991, s/n.º página.

MEDICI, Ademir. *Desenvolvimento Industrial e Demográfico*. Seminário: Santo André, Conhecer é Preciso. Santo André, Coordenadoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Santo André, 1990.

MESQUITA, Elaine da Costa et al. "A Evolução Histórica do Tatuapé". *Jornal Gazeta do Tatuapé*. São Paulo, setembro de 1983, p. 3.

MUSEU DE SANTO ANDRÉ. *Santo André: Duas Cidades, Duas Histórias*. Santo André, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Santo André, 1990.

PETRONE, Pasquale. "O Homem Paulista". In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 23. São Paulo, AGB, 1956, pp. 39-77.

_____. *Os Aldeamentos Paulistas e sua Função na Valorização da Região Paulistana - Estudo de geografia histórica*. Tese de Livre-Docência apresentada à cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1964. (Acervo de Microfilmes do CAPH / FFLCH / USP). [Obra publicada conforme a seguinte catalogação: PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995.]

SANTOS, Paulo da Silveira. "O Conselheiro Carrão". In: *Revista do Arquivo Municipal*, n.º CLXXIV. São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1967, pp. 17-70.

SANTOS, Regina Célia Bega dos. *Rochdale e Alphaville: Formas Diferenciadas de Apropriação e Ocupação da Terra na Metrópole Paulistana*. Tese de Doutorado. São Paulo, Dept.º de Geografia

da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.

SANTOS, Wanderley dos. *Antecedentes Históricos do ABC Paulista: 1550-1892*. São Bernardo do Campo, Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, 1992.

_____. "História de Vila Carrão". *Jornal Gazeta do Carrão*. São Paulo, 1.º de setembro de 1983, s/n.º página.

Outras fontes:

DOCUMENTOS ORIGINAIS ANTIGOS

Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo / Decima Sexta Legislatura – Sessão de 1866. (Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo).

Relatorio com que o Ill.mo e Ex.mo S.r Coronel Joaquim Floriano de Toledo passou a Administração da Provincia de S. Paulo ao Ill.mo e Ex.mo S.r Desembargador Josè Tavares Bastos no dia 9 de novembro de 1866. São Paulo, Typographia Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, 1866. (Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo).

ENTREVISTAS

- com o pesquisador Wanderley dos Santos: em 07/08/1993 e 26/08/1994.

EVENTO

Exposição Comemorativa do Aniversário de Itaquera. São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo e Cia. do Metropolitano de São Paulo, 1989.

LEIS

Código Civil – Lei Federal n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (em vigor a partir de 11 de janeiro de 2003).

Estatuto da Cidade – Lei Federal n.º 10.257 de 10 de julho de 2001.

MATERIAL CARTOGRÁFICO

(Do amplo material reunido, somente relacionado aquele explicitamente citado neste

artigo)

Mappa Topographico do Municipio de São Paulo. Escalas 1 : 5.000 e 1 : 20.000. SARA BRASIL s/a. 1930. (Acervo de Microfilmes do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo).

Nova Manchester – planta para divulgação do loteamento. Escala 1 : 5.000. S/registro de data. (Acervo particular da Imobiliária Camargo Neves - código de localização: G-05).

Planta Geral da Cidade de São Paulo. Escala 1 : 10.000. GeoBrasil. 1947. (Acervo de Microfilmes do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo).

Planta do Municipio de São Paulo. Escala (?). 1900. (Acervo de Microfilmes do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo).

Planta do Municipio de São Paulo. Escala 1 : 100.000. 1903. (Acervo de Microfilmes do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo).

Trabalho enviado em junho de 2005

Trabalho aceito em setembro de 2005



